



# PARECER N.º 247/2025 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO - JUS

"Relatório - PL 164/2025 Concede Abono Natalino aos servidores públicos do Município de Apucarana, como especifica."

## RELATÓRIO FAVORÁVEL À LIVRE TRAMITAÇÃO DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 164/2025

### I. INTRODUÇÃO

O Substitutivo ao Projeto de Lei nº 164/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, tem por finalidade promover **ajuste pontual de redação no art. 1º da proposição original**, a fim de **incluir expressamente os servidores inativos** entre os beneficiários do Abono Natalino, conforme devidamente explicitado na Exposição de Motivos que acompanha o Substitutivo.

A alteração apresentada não modifica a essência do projeto inicialmente encaminhado, tampouco amplia seu alcance material, limitando-se a conferir **clareza normativa, segurança jurídica e coerência textual**, alinhando a redação legal ao conteúdo já considerado no estudo de impacto anteriormente apresentado, o qual **já contemplava os servidores inativos**.

### II. ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

No exame da constitucionalidade e legalidade, verifica-se que a matéria se insere no âmbito da **competência legislativa do Município**, nos termos do art. 6º da Lei Orgânica Municipal, que assegura ao ente local a prerrogativa de legislar sobre assuntos de interesse local e sobre a organização de seu quadro de servidores.

A iniciativa é formalmente adequada, uma vez que parte do Poder Executivo, autoridade competente para propor normas que versem sobre a concessão de vantagens pecuniárias aos servidores públicos municipais. O conteúdo do Substitutivo observa os princípios constitucionais da **legalidade, isonomia e valorização do serviço público**, ao assegurar tratamento equânime entre servidores ativos e inativos, sem afronta ao regime jurídico aplicável.

Do ponto de vista legislativo, o Substitutivo encontra respaldo no Regimento Interno da Câmara Municipal, que admite a apresentação de substitutivos destinados à correção ou aprimoramento da redação das proposições em tramitação, desde que não haja vício formal ou material, o que não se verifica no presente caso.

Ressalte-se, ainda, que não há necessidade de apresentação de novo estudo de impacto financeiro, considerando que a inclusão dos inativos **não representa inovação material**, mas apenas explicitação normativa de público já considerado na estimativa inicial de despesa, conforme consignado na justificativa do próprio Substitutivo.

### III. CONCLUSÃO

Diante do exposto, inexistindo vícios de constitucionalidade, ilegalidade ou inadequação regimental, **opino de forma amplamente favorável** à livre tramitação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 164/2025 no âmbito desta Comissão de Justiça, Legislação e Redação. **É o relatório.**

---

VEREADOR MOISÉS TAVARES

**Relator da Comissão de Justiça, Legislação e Redação**



**Assinatura Qualificada ICP-Brasil**

**MOISES TAVARES**

**DOMINGOS:04119273962**

Horário Carimbo Tempo:

15/12/2025 20:39:31

---

Praça Centro Cívico José de Oliveira Rosa, 25A - CEP: 86800-235

[www.apucarana.pr.leg.br](http://www.apucarana.pr.leg.br)

Documento publicado digitalmente por MARIANA BARRETO em 15/12/2025 às 20:07:36.

Chave MD5 para verificação de integridade desta publicação **ac52866d8000626f2e7ad4fd2124380b**.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://apucarana.legiflow.com.br/autenticidade>, mediante código **130172**.